Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023 PARA CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS NA PERMISSÃO DE USO TRANSITÓRIO DE BARRACAS DURANTE A FEIRA LIVRE MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO

1 – PREÂMBULO

- 1.1. A Prefeitura Municipal de Capim Branco, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.314.617/0001-47, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, torna público o Edital de Chamamento Público nº 03/2023, de credenciamento para a concessão de permissão de uso transitório de barracas para as Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos OSC e que prestem serviços para o Município de Capim Branco/MG, pessoas físicas, pessoas jurídicas e produtores rurais do município, durante a realização da FEIRA LIVRE DE CAPIM BRANCO.
- 1.2. Este Edital é destinado apenas às Organizações da Sociedade Civil OSC, pessoas físicas, pessoas jurídicas e produtores rurais interessados, que cumpram as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- 1.3. O presente Edital e seus anexos, bem como quaisquer esclarecimentos aos seus termos, serão obtidos no Centro de Apoio ao Trabalhador e ao Prestador de Serviço, **Rua Ana Vicente**, **nº 45 Centro, Capim Branco/MG** no horário de 08h ás 11h e de 13h às 16:30h, ou por meio do site www.capimbranco.mg.gov.br.

2 - DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto deste Edital o credenciamento para formação de cadastro de reserva para a concessão de permissão de uso transitório de barracas para as Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos OSC e que prestem serviços para o Município de Capim Branco/MG, pessoas físicas e jurídicas, durante a realização da FEIRA LIVRE DE CAPIM BRANCO, a ser realizada semanalmente aos sábados e domingos. 2.2. As barracas estão instaladas na Praça de Eventos situada na Avenida Coronel Custódio Alvarenga com Domingos Ferreira Valadares, destinadas à exploração de produtos hortifrutigranjeiros e seus derivados, produtos lácteos e seus derivados, ovos, mel, quitandas (pães, fatias, biscoito, bolos, doces), artesanatos, flores, plantas ornamentais, bem como produtos de consumo imediato, tais como bebidas, lanches e comidas típicas, em espaço de tamanho único de até 2x2 (dois metros por dois metros).
- 2.3. Cada interessado poderá concorrer a apenas 01 (um) espaço barraca, podendo nesta explorar produtos hortifrutigranjeiros e seus derivados, produtos lácteos e seus derivados, ovos, mel, quitandas (pães, fatias, biscoito, bolos, doces), artesanatos, flores, plantas ornamentais, bem como produtos de consumo imediato, tais como bebidas, lanches e comidas típicas
- 2.4. A exploração das atividades supramencionadas não gera para o Município qualquer compromisso relacionado com a contratação dos serviços típicos decorrentes desta exploração, reservando-se tão somente o direito de supervisionar a qualidade dos serviços prestados.
- 2.5. As *BARRACAS* utilizadas pelos interessados serão cedidas pela Prefeitura Municipal de Capim Branco, possuindo tamanho único de 2x2m.
- 2.6. Serão disponibilizadas um total de **28 (vinte e oito)** barracas na Praça de Eventos situada na Avenida Coronel Custódio Alvarenga com Domingos Ferreira Valadares, nos seguintes seguimentos:

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

QUANTIDADE	ATIVIDADE COMERCIAL	CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO	EXIGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES
06 (seis) barracas Hortifrutigranjeiros;	Exploração de hortifrutigranjeir os e seus derivados, produtos lácteos e seus derivados, ovos, mel, etc.	Exclusivo para produtores rurais que farão prova de sua condição mediante a declaração de produtor rural fornecida pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e atestado de produtor fornecido pela EMATER-MG (pessoa física ou jurídica)	Não será permitida a venda de produtos em garrafas, copos e/ou vasilhames de vidro; É obrigatório o uso de acessórios de higiene, tais como: luva, máscara e touca para a manipulação de alimentos;
03 (três) barracas Artesanatos	Exploração de artesanatos, flores, plantas ornamentais, etc.	Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos – OSC e que prestem serviços para o Município de Capim Branco/MG, pessoas físicas, pessoas jurídicas.	É proibida a utilização de mão de obra infantil, nem mesmo em se tratando de filhos ou parente de qualquer grau de parentesco.
02 (duas) barracas Quitandas	Exploração de doces, quitandas (bolos, pães, fatias, condimentos, etc.)	Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos – OSC e que prestem serviços para o Município de Capim Branco/MG, pessoas físicas, pessoas jurídicas.	O espaço disponibilizado pode conter área para acomodação, desde que seja na parte posterior, respeitando a parte anterior somente para a comercialização. Não será permitida a venda de
17 (dezessete) barracas para Bares/Lanchonetes	Comidas e bebidas de consumo imediato in loco, fast-food.	Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos – OSC e que prestem serviços para o Município de Capim Branco/MG, pessoas físicas, pessoas jurídicas.	bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, e na dúvida sempre solicitar o documento de identificação

3 - DO PERÍODO DE EXPERIÊNCIA

- 3.1. Nos 3 (três) primeiros meses contados a partir da assinatura do Termo de Permissão, não será cobrado nenhuma taxa para o uso da barraca, por se tratar de período de experiência.
- 3.2. Após este período, será cobrado o valor anual de uso da barraca durante a feira livre, a ser definido pela administração municipal levando-se em consideração o valor de mercado praticado nas feiras existentes em nossa região.
- 3.3. O pagamento da taxa deverá ser realizado em até 2 (dois) dias corridos a contar da data de assinatura de aditivo ao Termo de Permissão, e apresentado junto ao Centro de Apoio ao Trabalhador, situada na Rua Ana Vicente, 45 Centro/MG.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

- 4.1. Poderão participar deste Credenciamento quaisquer interessados que satisfaçam as condições do objeto deste Edital;
- 4.2. Para participarem do Credenciamento, os interessados deverão apresentar os envelopes lacrados e identificados com a inscrição externa conforme modelo abaixo perante a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social através do Centro de Apoio ao Trabalhador e ao Prestador de Serviço, localizada na Rua Ana Vicente, 45, Centro, Capim Branco/MG.

PRAÇA JORGE FERREIRA PINTO, 20, CENTRO, CEP: 35730 – 000, CAPIM BRANCO/MG (31) 3713 – 1420 – gabinete@capimbranco.mg.gov.br

Pág.

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março - Diário Oficial Eletrônico - ANO IX | № 1260 - Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO **ESTADO DE MINAS GERAIS** Gestão 2021-2024

	- SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO
lome da Instituição:	
Responsável Legal pela Instituição:	
EM SE TRATANDO DE PESSOA FÍSICA	\ :
	- SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO
EM SE TRATANDO DE PESSOA JURÍD	DICA:
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 -	- SMDES – ENVELOPE Nº 01 DOCUMENTOS DE
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 - HAI	- SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 – HAl lome da Instituição:	- SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 – HAI ome da Instituição: NPJ:	- SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 – HAI lome da Instituição: NPJ: ndereço:	- SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 – HAI lome da Instituição:	- SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 – HAI lome da Instituição:	- SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 – HAI ome da Instituição:	- SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 – HAI Iome da Instituição: NPJ: Indereço: Idesponsável Legal pela Instituição: Iocumento de identificação: Indereço: Indereç	- SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 – HAI ome da Instituição: NPJ: ndereço: esponsável Legal pela Instituição: ocumento de identificação: ndereço: eguimento de participação: EM SE TRATANDO DE PRODUTOR RU CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023	- SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 – HAI Iome da Instituição: NPJ: Indereço: Responsável Legal pela Instituição: Iocumento de identificação: Indereço: Reguimento de participação: EM SE TRATANDO DE PRODUTOR RU CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 HAI Nome do Produtor Rural:	SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO JRAL: - SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE ABILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 – HAI Nome da Instituição: CNPJ: Endereço: Responsável Legal pela Instituição: Cocumento de identificação: Endereço: Edereço: CEQUIMENTO DE PRODUTOR RU CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 HAI Nome do Produtor Rural: Documentos de Identificação ou CNPJ:	SMDES - ENVELOPE Nº 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO JRAL: - SMDES - ENVELOPE Nº 01 DOCUMENTOS DE ABILITAÇÃO
HAI Nome da Instituição:	SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE BILITAÇÃO JRAL: - SMDES – ENVELOPE № 01 DOCUMENTOS DE ABILITAÇÃO

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

4.3. São requisitos para o credenciamento/inscrição a apresentação dos seguintes documentos originais e cópias, para que sua cópia seja autenticada por servidor da Administração Municipal:

4.3.1. Em se tratando de Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União emitida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal devidamente válida:
- d) Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo III deste edital.
- e) Documento credenciamento, conforme modelo constante no Anexo I deste edital.
- f) Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Estadual e Municipal.
- g) Declaração de que não possui fins lucrativos e que prestem serviços para o Município de Capim Branco.

4.3.2. Em se tratando de Pessoas Jurídicas/Produtores rurais:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União emitida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;
- d) Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo III deste edital.
- e) Documento credenciamento, conforme modelo constante no Anexo I deste edital.
- f) Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Estadual e Municipal.
- g) Em caso de produtor será necessário apresentar atestado de produtor fornecido pela EMATER.

4.3.3. Em se tratando de Pessoas Físicas/Produtores Rurais:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) Comprovante de residência;
- d) Documento credenciamento, conforme modelo constante no Anexo I deste edital.
- e) Certidão Negativa de Débitos junto ao Município de Capim Branco.
- g) Em caso de produtor será necessário apresentar atestado de produtor fornecido pela EMATER.
- 4.5. Efetivado o Credenciamento, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos;
- 4.6. Serão aceitas inscrições por meio de terceiros, mediante a apresentação de:
- (a) procuração com firma reconhecida e com a especificação de poderes;
- (b) documento de identidade do procurador e;
- (c) cópia do documento de identidade daquele que pretende o credenciamento.
- 4.7. Somente será aceito o credenciamento em nome de 01(um) proponente.

5 - DO PROCEDIMENTO DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento terá validade de 1 (um) ano, podendo receber novas inscrições até o dia 15/03/2024.

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

- 5.2. Será aberto cadastro de reserva por ordem de inscrição, podendo o candidato vir a ser chamado a ocupar uma das vagas disponibilizadas, durante o tempo de vigência deste Edital
- 5.3. Cada interessado poderá concorrer a apenas 1 (um) espaço barraca, podendo nesta explorar os produtos, de acordo com o item 2.2.
- 5.4. As inscrições serão numeradas em ordem crescente de acordo com a data e horário da apresentação dos envelopes.
- 5.5. A Chamada para ocupação da barraca dar-se-a pela lista de credenciados de cada seguimento, por data e hora do credenciamento, em ordem crescente de acordo com a disponibilidade de cada seguimento, conforme forem ocorrendo as desistencias.
- 5.6. A localização das barracas para as devidas instalações, será definida de acordo com os segmentos, e dentro de cada setor, considerando a instalação da última barraca logo após a penúltima barraca e assim sucessivamente até a 1ª (primeira) barraca, sendo o ponto de referência como início e término do setor.
- 5.7. Caso o credenciado não tenha interesse em assumir sua vez para exposição e vendas dos seus produtos na feira, presumindo-se a desistência da barraca, o mesmo deverá comparecer no Centro de Apoio ao Trabalhador para assinar um Termo de desistência.
- 5.8. Será concedida oportunidade ao próximo credenciado dentro do seu objeto, para fornecer o item, seguindo a lista de credenciados em ordem crescente entre os interessados

6 - DA AUTORIZAÇÃO

- 6.1. Homologado o credenciamento mediante a apresentação de todos os documentos, será permitido o uso do espaço e barracas sem custo nos 3 (três) primeiros meses de funcionamento.
- 6.2. A Permissão poderá ser revogada pelo Município a qualquer tempo, desde que configurada situação de conveniência e/ou oportunidade, sem que caiba ao Autorizado (a) ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for nos termos da legislação vigente.
- 6.3. O (a) Autorizado (a) deverá iniciar as atividades tendentes à ocupação da área em tempo hábil para que esteja, até a data prevista para o início do evento, apta para explorar o espaço de acordo com a legislação vigente, sob pena de revogação da autorização.
- 6.4. É de responsabilidade exclusiva e integral do Autorizado (a) a utilização de pessoal para a exploração da área, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para ao Município de Capim Branco.
- 6.5. Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos da autorização, que é parte integrante desse chamamento público;
- 6.6. A minuta do Termo de Permissão a ser assinado está contido no Anexo III;
- 6.7. Quando o interessado não assinar ou desistir do Termo de Permissão, o Município convocará o próximo colocado em ordem de classificação, para assiná-lo.
- 6.7. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto da Cessão.
- 6.8. O prazo de validade da Autorização será de 12 meses, que serão contados da data da assinatura do contrato e poderá ser prorrogado de acordo com a Lei Federal 8.666/93.

7 - DO PRAZO DE VALIDADE

7.1. O prazo de validade do Termo de Permissão será de 12 meses, que serão contados da data da assinatura do contrato e poderá ser prorrogado de acordo com a Lei Federal 8.666/93.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DO (A) AUTORIZADO (A)

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

- 8.1. A barraca ficará de posso do feirante contemplado, mediante assinatura e cumorimento dos Termos de Permissão, pelo tempo em que o mesmo permanecer na feira, na condição de feirante, obrigando-se neste período a zelar pelo bem público ora em seu poder;
- 8.2. o feirante contemplado deverá providenciar o transporte de suas mercadorias até o local da feira, assim como a barraca cedida nos termos deste edital;
- 8.3. A montagem e desmonstagem da barraca deverá ser realizada pelo feirante ou terceiro à sua ordem, responsabilizando-se por quaisquer danos a si ou a terceiros decorrente do mau uso da barraca ou montagem incorreta.
- 8.4. A instalação da parte elétrica interna das barracas é de responsabilidade do feirante.
- 8.5. Manter, durante toda a exploração da área que lhe foi Autorizada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;
- 8.6. Zelar pela área objeto da Autorização e comunicar de imediato, aos fiscalizadores, a sua utilização indevida por terceiros;
- 8.7. Exercer unicamente o ramo que lhe foi autorizado através da Autorização de uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do Edital, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes inclusive com a disponibilização de lixeiras aos consumidores;
- 8.8. Cumprir fielmente o horário estabelecido pela organização do evento;
- 8.9. A não utilizar os bens públicos para outro fim que não fora ora pactuado, não podendo, ainda, transferir este instrumento, sublocar ou emprestar, no todo ou em parte, a presente Permissão;
- 8.10. Não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Comissão Executiva.
- 8.11. Em assumir integral e irrestrita responsabilidade pela reparação de danos materiais, causados aos bens públicos ou particulares, bem como a pessoas, em conseqüência de acidentes ou sinistros de qualquer natureza e origem, ocorridos durante o prazo de utilização dos espaços públicos, em decorrência da utilização dos bens já mencionados, eximindo o município de qualquer responsabilidade civil ou criminal, até a formal restituição dos bens públicos;
- 8.12. Após o evento a organização deverá tomar as seguintes providências:
- 8.13. Devolver o espaço público nas mesmas condições entregues, devidamente limpo.
- 8.14. Cumprir as demais disposições estabelecidas pela Lei Minicipa n° 1.107/2007 e Decreto Municipal n° 2.348/2022.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 9.1. Ceder as barracas aos barraqueiros devidamente credenciados.
- 9.2. Permitir o uso do espaço público para funcionamento das barracas durante a FEIRA LIVRE;
- 9.3. Fiscalizar a execução do presente instrumento, através da Comissão de Eventos, Comissão Executiva, e Vigilância Sanitária.
- 9.4. Disponibilizar o ponto de acesso de energia elétrica e água para instalação das barracas.

10 - DAS PENALIDADES

- 10.1. A recusa injustificada por parte do Credenciado em assinar o Termo de Autorização, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida. Nesta hipótese, é facultada à Administração convocar os cadastrados remanescentes na ordem de classificação do sorteio;
- 10.2. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Edital serão aplicadas às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, e as penalidades administrativas, garantida a ampla defesa e o contraditório.

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Executiva e Vigilância Sanitária, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 11.2. A parte interna da estrutura do espaço é de responsabilidade da Autorizada e deverá se adequar às normas da vigilância sanitária, bem como a observar os manuais de boas práticas e demais exigências da ANVISA.
- 11.3. Após o início da Feira Livre, havendo vacância, por qualquer motivo, de barracas, poderá ocupá-la o feirante suplente imediatamente posterior conforme a ordem de classificação.
- 11.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Eventos, Comissão Executiva, conjuntamente com a Procuradoria Municipal e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.
- 11.5. As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no FORO da Comarca de Matozinhos/MG com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Capim Branco, 15 de março de 2023.

ANA CRISTINA PERFIRA SII VA DE AVILA:08969783628

CRISTINA PEREIRA SILVA DE AVILA:08969783628 Dados: 2023.03.15.17:07:01-03'00'

Ana Cristina Pereira Silva de Avila Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

Comissão de Eventos do Município de Capim Branco

GONCALVES:029317776

GONCALVES:02931777676 76

ELVIS PRESLEY MOREIRA Assinado de forma digital por Dados: 2023.03.15 16:46:32 -03'00'

> Elvis Presley Moreira Gonçalves Prefeito do Município de Capim Branco

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

ANEXO I

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS)

À Comissão de Executiva do Município de Capim Branco e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

	/denominação s	ocial da pessoa	jurídica), CNF	oJ n°
endereço completo, constando bairro, cidade, UF, representada na forma do seu estatuto, por, do documento de identidade n.º, vem reque concessão de permissão de uso transitório de durante a realização da FEIRA LIVRE DE CAPIM BR	emitido erer, através do pr barracas, a sere	por presente, o seu cre	, poi , inscrito no edenciamento p	rtador CPF ara a
 Conhece os termos do edital de credenciament e condições para o cumprimento das obrigações Realizará todas as atividades a que se propõe; Não se encontra suspensa, nem declarada inidô ou entidades da Administração Pública; 	s objeto do credei nea para participa	nciamento, com os ar de licitações ou	s quais concord	a;
 Não se enquadra nas situações or credenciamento; Não há qualquer fato impeditivo do seu credenciamento. Se compromete a declarar qualque credenciamento ou de cessão; As informações prestadas neste pedido de credenciamento. 	iamento; uer fato si	superveniente		do
Junta ao presente requerimento toda a documentação assinada e rubricada.	exigida no edital d	de chamamento p	úblico, devidamo	ente
Capim Branco/ MG, de de 2023.				
REPRESENTANTE DA ORGANIZAÇÃO DA	SOCIEDADE CI	VIL SEM FINS LU	ICRATIVOS	

Município de Capim Branco - MG

razão/denominação social da pessoa jurídica), CNPJ nº

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO (PESSOA JURÍDICA/PRODUTOR RURAL)

À Comissão de Executiva do Município de Capim Branco e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

ete ato ortador o CPF para a entos,
ortador o CPF para a
o CPF para a entos,
para a entos,
entos,
ições da; órgão do
de
nente
ľ

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO (PESSOA FÍSICA/PRODUTOR RURAL)

À Comissão de Eventos do Município de Capim Branco e Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

(nome), portador do documento de identidade r emitido por, inscrito no CPF sob o r , residente e domiciliado na	
vem requerer, através do presente, o seu credenciamento para a concessão de permissão de uso transitór de barracas a serem instaladas na Praça de eventos, durante a realização da FEIRA LIVRE DE CAPI BRANCO.	
DECLARA , sob as penas da lei, que:	
 Conhece os termos do edital de credenciamento e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com os quais concorda; Realizará todas as atividades a que se propõe; Não se encontra suspensa, nem declarada inidônea para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública; Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento; Não há qualquer fato impeditivo do seu credenciamento; Se compromete a declarar qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de cessão; As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras.)
Junta ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital de chamamento público, devidamente assinada e rubricada.)
Capim Branco/ MG, de de 2023.	
NOME E ASSINATURA	

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE MENORES

razão	denominação social da pessoa jurídica), CNPJ nº
, com sede à	
endereço completo, constando bairro, cidade, l	JF, CEP), telefone n° neste ato
epresentada na forma do seu estatuto, por	
ortador do documento de identidade n.º	emitido por, inscrito
	DECLARA, sob as penas da lei, pleno atendimento ao
	Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da
ei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, de	e que em suas instalações não há realização de trabalho
oturno, perigoso ou insalubre por menores de 18	anos e nem realização de qualquer trabalho por menores
e 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a parti	de 14 anos.
Capim Branco/ MG, de setembro de 2022.	
DEDDECENTANT	E DA PESSOA IURÍDICA

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

ANEXO III CREDENCIAMENTO 003/2022 MINUTA DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO/COMODATO

O MUNICÍPIO DE C representado por seu Prefe						
portador da Carteira de Iden	tidade nº M- 9.1	140.008, inscrite	o no CPF	sob o nº 0:	29.317.776-	76,
residente e domiciliado		inscrita		CNPJ	sob	0
nº		com		sede		à
Rua/Av	C-991				, neste	ato
representada por		,port	ador da C	Carteira de	Identidade	nº
, insc	rito (a) no CF	F sob o no _			_, residente	a
Rua/Av_						
denominada PERMISSIONA USO/COMODATO para ut						
Eventos, durante a realiza				iiistalaua	iia r'idya	ue

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O MUNICÍPIO, na qualidade de legítima proprietária das barracas da Agricultura Familiar "Feira Livre", cede e transfere o referido bem ao PERMITENTE/COMODATÁRIA, a título de comodato, em perfeito funcionamento, para fins exclusivo de utilização na Feira Livre de Estiva

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

2.1. O prazo de validade do Termo será de 12 meses, que serão contados da data da assinatura do contrato e poderá ser prorrogado de acordo com a Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1. Nos 3 (três) primeiros meses contados a partir da assinatura do Termo de Permissão, não será cobrado nenhuma taxa para o uso da barraca, por se tratar de período de experiência.
- 3.2. Após este período, será cobrado o valor anual de uso da barraca durante a feira livre, a ser definido pela administração municipal levando-se em consideração o valor de mercado praticado nas feiras existentes em nossa região.
- 3.3. O pagamento da taxa deverá ser realizado em até 2 (dois) dias corridos a contar da data de assinatura de aditivo ao Termo de Permissão, e apresentado junto ao Centro de Apoio ao Trabalhador, situada na Rua Ana Vicente, 45 – Centro/MG.

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO (A) PERMISSIONÁRIO (A)

- 4.1. A barraca ficará de posse do feirante contemplado, mediante assinatura e cumprimento dos Termos de Permissão, pelo tempo em que o mesmo permanecer na feira, na condição de feirante, obrigando-se neste período a zelar pelo bem público ora em seu poder;
- 4.2. O feirante contemplado deverá providenciar o transporte de suas mercadorias até o local da feira, assim como a barraca cedida nos termos deste edital;
- 4.3. A montagem e desmonstagem da barraca deverá ser realizada pelo feirante ou terceiro à sua ordem, responsabilizando-se por quaisquer danos a si ou a terceiros decorrente do mau uso da barraca ou montagem incorreta.
- 4.4. A instalação da parte elétrica interna das barracas é de responsabilidade do feirante.
- 4.5. Manter, durante toda a exploração da área que lhe foi Autorizada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;
- 4.6. Zelar pela área objeto da Autorização e comunicar de imediato, aos fiscalizadores, a sua utilização indevida por terceiros;
- 4.7. Exercer unicamente o ramo que lhe foi autorizado através da Autorização de uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do Edital, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes inclusive com a disponibilização de lixeiras aos consumidores;
- Cumprir fielmente o horário estabelecido pela organização do evento;
- 4.9. A não utilizar os bens públicos para outro fim que não fora ora pactuado, não podendo, ainda, transferir este instrumento, sublocar ou emprestar, no todo ou em parte, a presente Permissão;
- 4.10. Não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Comissão Executiva.
- 4.11. Em assumir integral e irrestrita responsabilidade pela reparação de danos materiais, causados aos bens públicos ou particulares, bem como a pessoas, em conseqüência de acidentes ou sinistros de qualquer natureza e origem, ocorridos durante o prazo de utilização dos espaços públicos, em decorrência da utilização dos bens já mencionados, eximindo o município de qualquer responsabilidade civil ou criminal, até a formal restituição dos bens públicos;
- 4.12. Os preços de venda dos produtos de alimentação do cardápio deverão ser populares
- 4.13. Após o evento a organização deverá tomar as seguintes providências:
- 4.14. Instalar às suas expensas os equipamentos industriais, utensílios e vasilhames, fornecer mão-de-obra suficiente, aparelhos e tudo que for necessário ao funcionamento das barracas e caixas.
- 4.15. Fornecer pessoal qualificado e em número suficiente à execução dos serviços
- 4.16. Manter, observando-se os seus respectivos prazos de validade, estoque diário suficiente dos produtos a serem comercializados, responsabilizando-se pela qualidade, procedência e segurança de todos os gêneros alimentícios servidos nas barracas.
- 4.17. Responsabilizar-se pela quantidade e segurança dos materiais e demais acessórios utilizados na prestação dos serviços;
- 4.18. A Permissionária deverá seguir, imprescindivelmente, todas as disposições cabíveis da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nº. 216 Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação de 15 de setembro de 2004 e demais normas pertinentes, sem prejuízo de qualidade e preço;

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

- 4.19. Devolver o espaço público nas mesmas condições entregues, devidamente limpo.
- 4.20. Cumprir as demais disposições estabelecidas pela Lei Minicipa nº 1.107/2007 e Decreto Municipal nº 2.348/2022.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO PERMITENTE

- 5.1. Ceder as barracas nos locais previamente definidos.
- 5.2. Permitir o uso e funcionamento das barracas durante a Feira Livre, a partir do dia 24 de setembro de 2022:
- 5.3. Fiscalizar a execução do presente instrumento, através da Comissão do Executiva e Vigilância Sanitária.
- 5.4. Recolher as barracas desmonstadas, no fim da feira.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

- 6.1. A presente permissão será desfeita, independentemente de qualquer formalidade judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
- a) Descumprimento das condições impostas no presente Termo;
- b) Prática de atos que venham a gerar descrédito perante o mercado consumidor e a clientela, bem ainda de atos que dêem mostras de insolvência nos negócios, ainda que parcialmente;
- c) Inadimplemento do PERMITENTE relativamente ao compromisso de exclusividade ora pactuado;
- d) O evento descrito na cláusula primeira não se realize, por qual quer que seja sua razão.
- e) Mútuo acordo entre as partes;
- f) Por força maior ou caso fortuito, que impeça o cumprimento das condições assinaladas na presente permissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento de quaisquer condições impostas no presente Termo de Permissão ensejará a aplicação de multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor mencionado na **CLÁUSULA TERCEIRA**, sem prejuízo da revogação da permissão ora outorgada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. A tolerância da Permitente com qualquer atraso ou inadimplência, por parte da Permissionária, não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação;
- 8.2. É vedado à Permissionária sublocar total ou parcialmente o Termo, sem a concordância expressa da Permitente.
- 8.3. Serão aplicadas a este termo, notadamente aos casos omissos, as normas da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações e, subsidiariamente, pela Lei Civil.

CLÁUSULA NONA – DA INSTÂNCIA E FORO

9.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Matozinhos/MG, para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir oriundas da presente permissão de uso.

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março - Diário Oficial Eletrônico - ANO IX | № 1260 - Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente documento em 03 (vias) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, que também assinam.

abaixo, que também assinam.		
Capim Branco/MG, de	de 2023.	
PERMITENTE MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO Elvis Presley Moreira Gonçalves		PERMISSIONÁRIO (A)
	TESTEMUNHAS	
CI: CPF:		
CI: CPF:		

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

EDITAL DE SELEÇÃO DE BENEFICIADAS DO PROGRAMA DE APOIO E RENDA PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO/MG DENOMINADO "RENDA MÍNIMA"

1 - PREÂMBULO

- 1.1. A Prefeitura Municipal de Capim Branco, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.314.617/0001-47, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, torna público a abertura de edital destinada a seleção de interessadas em participar do programa de apoio e renda para as mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica do Município de Capim Branco/MG denominado "Renda Mínima", regido nos termos da Lei Municipal n° 1.518/2023.
- 1.2. Este Edital é destinado apenas a mulheres residentes no município de Capim Branco, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que cumpram as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e na Lei Municipal nº 1.518/2023.
- 1.3. O presente Edital e seus anexos, bem como quaisquer esclarecimentos aos seus termos, serão obtidos no Centro de Apoio ao Trabalhador e ao Prestador de Serviço, **Rua Ana Vicente**, **nº 45 Centro, Capim Branco/MG** no horário de 08h ás 11h e de 13h às 16:30h, ou por meio do site www.capimbranco.mg.gov.br.

2 - DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto deste Edital a seleção de mulheres interessadas **em participar do programa de apoio e** renda para as mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica do Município de Capim Branco/MG denominado "Renda Mínima", regido nos termos da Lei Municipal n° 1.518/2023.
- 2.2. O Programa "Renda Mínima" é um Programa de apoio e renda às mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica do Município de Capim Branco/MG, que visa amenizar as consequências geradas pela situação emergencial da crise financeira, agregando renda às famílias vulneráveis do município, de modo a atender a demanda social e fixar as pessoas nos locais de suas moradias, mediante projetos específicos.
- 2.3. A prestação dos serviços poderá compreender todas as Secretarias Municipais, em suas diversas atividades diárias, conforme demanda, tais como: capina, limpeza pública de vias e logradouros, coleta e limpeza de resíduos mediante o aparato do maquinário e equipamentos a serem fornecidos pelo Poder Executivo Municipal, bem como outras atividades afins.
- 2.4. As beneficiárias prestarão serviços ao Município de Capim Branco/MG, com jornada de trabalho diária não excedente à 04 (quatro) horas, 5 (cinco) dias por semana, como forma de compensar o beneficio recebido;
 2.5. As beneficiárias, em situação de vulnerabilidade econômica e afetada pela referida crise financeira, receberão mensalmente a quantia de R\$ 651,00 (seiscentos e cinquenta e um reais), equivalente a meio salário mínimo para o ano de 2023.
- 2.5.1. As beneficiárias terão direito a uma gratificação natalina ao final de cada ano, em referência aos meses trabalhados, podendo chegar ao valor máximo de **R\$ 651,00 (seiscentos e cinquenta e um reais)**, equivalente a meio salário mínimo para o ano de 2023

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021-2024

3 - DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. As inscrições para a primeira chamada deverão ser realizadas pessoalmente pela própria interessada, no período de 15 de março a 29 de março de 2023, no horário de 9:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, única e exclusivamente no Centro de Apoio ao Trabalhador e ao Prestador de Serviço, **Rua Ana Vicente**, **nº 45 Centro, Capim Branco/MG**.
- 3.2. Não serão admitidas inscrições realizadas de forma diversa daquela prevista por este Edital.
- 3.3. Para a inscrição a candidata deverá preencher o "Requerimento de Inscrição", cujo formulário consta no Anexo I deste Edital, apresentado os seguintes documentos comprobatórios, todos com a respectiva cópia:
- Ter idade mínima de 18 anos completos na data da inscrição;
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Comprovante de residência;
- Comprovante de estar desempregada;
- Comprovante de inscrição no Cadastro Único;
- Ter disponibilidade para trabalhar a carga horária estabelecida
- 3.4. A declaração falsa ou inexata dos dados apresentados pelo candidato no ato da inscrição, bem como a apresentação dos documentos ou de informações falsas acarretará no cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, além da aplicação das penalidades cabíveis.

4 – DAS VAGAS E DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO

- 4.1. Serão oferecidas até 10 (dez) vagas para mulheres que preencham as condições estabelecidas neste instrumento e os requisitos descritos no art. 3° da Lei 1.518/2023.
- 4.2. A seleção das candidatas ficará a cago da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, que adotará os critérios previstos no art. 3° da Lei Municipal 1.518/2023, sendo estes:
- Como primeiro Critério o atendimento preferencial as mulheres que n\u00e3o s\u00e3o benefici\u00e1rias de programas de Transfer\u00e9ncia de Renda do Governo Federal
- Verificação da situação de vulnerabilidade econômica, afetada pela crise financeira;
- Verificação da situação de desemprego;
- Verificação da inscrição atualizada no Cadastro Único;
- 4.3. Não havendo quantidade de mulheres que se enquadrem no perfil do primeiro critério estabelecido, poderão ser convocada mulheres que são beneficiaris de programas de transferência de renda do Governo Federal.

5 - DA PRIMEIRA CHAMADA E DO CADASTRO DE RESERVA

- 5.1. O resultado da primeira chamada será divulgado no dia **31 de Março**, tendo como participantes as mulheres inscritas até o dia 29 de Março de 2023.
- 5.2. Em caso de empate na primeira chamada, terá preferência a mulher de menor renda como primeiro critério e caso permaneça o empate o segundo critério será a mulher de maior idade.
- 5.3. Realizada a primeira chamada com a seleção das 10 (dez) vagas, será aberto cadastro de reserva por ordem de classificação, podendo a candidata vir a ser chamada a ocupar uma das vagas disponibilizadas, durante o

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO **ESTADO DE MINAS GERAIS** Gestão 2021-2024

tempo de vigência deste Edital.

5.3. Após a primeira chamada, o edital permanecerá aberto podendo receber novas inscrições até o dia 31/12/2023, obedecendo os critério estabelecidos no item 4.

6 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1. A prestação dos serviços não gera para o Município qualquer compromisso relacionado com a contratação, nem vínculo empregatício, previdenciário, etc. reservando-se tão somente o direito de supervisionar a qualidade dos serviços prestados.
- 6.2. O prazo de vigência da prestação de serviço e recebimento do benefício será de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por mais 6 (seis) meses a critério da administração.
- 6.3. A manutenção do benefício está condicionada ao cumprimento das exigências prevista neste edital, na Lei Municipal nº 1.518/2023 e avaliação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e Secretaria Municipal de Gestão Urbana e Obras.
- 6.4. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Edital serão aplicadas às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, e as penalidades administrativas, garantida a ampla defesa e o contraditório.
- 6.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e Secretaria Municipal de Gestão Urbana e Obras, conjuntamente com a Procuradoria Municipal e Secretaria Municipal de Administração e Governo.
- 6.6. As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no FORO da Comarca de Matozinhos/MG com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Capim Branco, 15 de março de 2023.

ANA CRISTINA PEREIRA SILVA DE AVILA:08969783628

Assinado de forma digital por ANA CRISTINA PEREIRA SILVA DE AVILA:08969783628 Dados: 2023.03.15 17:15:42 -03'00'

Ana Cristina Pereira Silva de Avila Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

ELVIS PRESLEY MOREIRA Assinado de forma digital por GONCALVES:029317776 ELVIS PRESLEY MOREIRA GONCALVES:02931777676

76

Dados: 2023.03.15 16:00:04 -03'00'

Elvis Presley Moreira Gonçalves Prefeito do Município de Capim Branco

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021 a 2024

DECRETO Nº 2.401 DE 16 DE MARÇO DE 2023

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 2.347/2022 QUE APROVOU O CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MOINHOS"

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO**, Sr. Elvis Presley Moreira Gonçalves, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado no Decreto Municipal n° 2.347, de 06 de setembro de 2022, no Termo de Compromisso de Execução de Obras de Infra Estrutura e no Termo de Caução de Lotes, a denominação do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MOINHOS, que passa a se chamar RESIDENCIAL ALTO DOS PINHEIROS.

Art. 2° - O parágrafo único, do art. 2°, do Decreto nº 2.347, de 06 de setembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único: As Áreas Institucional e de Contrapartida Socioambiental serão alocadas na área matriculada Junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Matozinhos/MG, sob o N° 22.848, no Livro 2 de Registro Geral, terreno contíguo ao Condomínio Residencial Moinhos.

ÁREAS DOS LOTES	NÚMERO DE LOTES: 169	ÁREA TOTAL: 63.130,28M²
AREAS VERDES	NÚMERO DE ÁREAS: 14	ÁREA TOTAL: 10.795,04M ²
ÁREA DE LAZER	NÚMERO DE ÁREAS: 01	ÁREA TOTAL: 3.357,03M ²
ÁREA DE RUAS	NÚMERO DE RUAS: 06	ÁREA TOTAL: 21.166,15M ²
ÁREA TOTAL DO		ÁREA TOTAL: 98.448,50M²
CONDOMÍNIO		
·		
ÁREA INSTITUCIONAL	MATRICULA 22.848	ÁREA TOTAL: 6.240,60M ²
ÁREA DE		
CONTRAPARTIDA	MATRÍCULA 22.848	ÁREA TOTAL: 5.729,46M ²
SOCIAMBIENTAL		7.1.1.2.7.1.0.17.E. 0.17.E.0,40181
SOUNTERINE		

Art. 3º - Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste Decreto Municipal, o prazo para que o empreendedor efetive a regularização documental do condomínio no Cartório de Registro Imobiliário competente, ficando a empreendedor obrigado a

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS Gestão 2021 a 2024

apresentar a documentação final de regularização/registro dos lotes, junto ao setor de cadastro imobiliário deste Município de Capim Branco, nos termos do art. 13 da Lei Complementar Municipal n° n° 1.483/2021, sob pena de caducidade da aprovação e das penalidades cabíveis.

Art. 4º - Os demais artigos e disposições do Decreto Municipal n° 2.374, de 06 de setembro de 2022, permanecem inalterados e vigentes, nos termos anteriormente publicado.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capim Branco-MG, 16 de março de 2023.

Elvis Presiley Moreira Gonçalves Prefeito do Município de Capim Branco

licado, mas contidas no

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

ticipar na



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO / SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO

"EDUCAÇÃO QUE ACOLHE, VALORES QUE TRANSFORMAM Rua Domingos Cesário Valadares, N 258 - Centro / Capim Branco - MG Email: educacao@capimbranco.mg.gov.br - Telefone: (31) 3713-2407

Designações Municipais / 2023

1º Edital de Divulgação de vaga para Contratação Temporária

Informações Gerais

Unidade de Ensino: ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAPIM BRANCO

Endereço: R DOMINGOS CESÁRIO VALADARES, 258 - CENTRO / CAPIM BRANCO Características da(s) vaga(s)

Endereço: R DOMINGOS CESÁRIO VALADARES, 258 - CENTRO / CAPIM BRANCO Local para Comparecimento

Data: 17/03/2023 Horário: 10:00 hora(s) Telefone: (31) 3713-2407

Observações Importantes		Sempre que houver uma designação, será necessário que a comissão retorne a list classificação do processo seletivo. Caso não apareçam candidatos listados, os interessados não inscritos poderão partía segunda rodada. Neste modo, serão levados em conta a habilitação necessária e os crité desempate elencados neste editul. Os candidatos deverão de estarem atentos ao horário das Designações para qu	des classificações não documento des designações não ocorrom. Ao iniciar o processo de designação, nenhum candidato que se apresentar no local indicades descumprindo o horário de inicio de tal processo, poderá participar. Na designação, o candidato deverá de comprovar documentalmente as informações co da designação, o candidato deverá de comprovar documentalmente as informações co conforme o editad. Poderá o contrato administrativo que vincula as partes ser re a qualquer tempo por qualquer uma das partes. Sendo cargo vago e havendo concurso pú nomeados poderdo tomar posse e serem efetivados nos cargos disponíveis.	
Período	Final		31/12/2023	
Perí	Inicial		30hrs/s 17/03/2023 31/12/2023	
	Carga Horária		30hrs/s	
Quant.	Total de Carga Cargos Horária	02	01	
	Turno(s) Total de Carga Cargos Horária	Manhà/Tarde Intermediário Manhà/ Tarde		
Nivel de	Ensino para atendimento	Educação Infantil, e Ensino Fundamental I		
	Escola(s)	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA RUTE BRAZ ESCOLA MUNICIPAL DEP. EMÍLIO DE VASC. COSTA		
	Natureza	CARGO VAGO CARGO VAGO		
	Cargo	SERVENTE		

Documentação Necessária (originais e cópias) – Sem rasuras

- Contagem de Tempo (Apresentar os documentos que comprovem a quantidade de dias trabalhados Escolaridade Exigida – Ensino Fundamental Completo;
- Uma foto 3x4 (Recente)
 - Documento de identidade e CPF;
- Título de eleitor e comprovante(s) de votação da última eleição (original e cópia) ou Certidão de quitação Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para candidato do sexo masculino, dispensada eleitoral emitida pelo site do Tribunal Superior Eleitoral ou Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais;
 - exigência quando se tratar de cidadão com mais de 45 (quarenta e cinco) anos;
- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração de que não possui a inscrição
- Declarações, devidamente datadas e assinadas, fornecidas no ato da contratação temporária pela Certidão de Nascimento e/ou casamento do(a) candidato(a);
 Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos, e se for o caso, estudantes até 24 anos,
 Comprovante de exame pré-admissional atestando a aptidão para affinção pleiteada - (validade días); Atestado médico informando a aptidão para tal cargo

Comprovante de endereço atualizado com validade de 3 meses - Contrato de locação para aqueles que

Secretário Municipal de Educação Eucas Henrique de Araújo

Município de Capim Branco - MG

Capim Branco, 16 de março – Diário Oficial Eletrônico – ANO IX | № 1260 – Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO / SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO

"EDUCAÇÃO QUE ACOLHE, VALORES QUE TRANSFORMAM Rua Domingos Cesário Valadares, N 258 - Centro / Capim Branco - MG Email: educacao@capimbranco.mg.gov.br - Telefone: (31) 3713-2407

1º Edital de Divulgação de vaga para Contratação Temporária Designações Municipais / 2023

Endereço: R DOMINGOS CESÁRIO VALADARES, 258 - CENTRO / CAPIM BRANCO

Local para Comparecimento

Data: 17/03/2023 Horário: 10:45 hora(s)

Telefone: (31) 3713-2407

Informações Gerais

Município: CAPIM BRANCO

Unidade de Ensino: ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAPIM BRANCO

Endereço: R DOMINGOS CESÁRIO VALADARES, 258 - CENTRO / CAPIM BRANCO

Características da(s) vaga(s):

Na designação, o candidato deverá de comprovar documentalmente as informações contidas no ato da inscrição, nos termos deste edital. Conforme o edital, Poderá o contrato administrativo que vincula as partes ser rescindido Caso não apareçam candidatos listados, os interessados **não inscritos** poderão participar na egunda rodada. Neste modo, serão levados em conta a habilitação necessária e os critérios de i qualquer tempo por qualquer uma das partes. Sendo cargo vago e havendo concurso público, nomeados poderão tomar posse e serem efetivados nos cargos disponíveis. Sempre que houver uma designação, será necessário que a comissão retorne a lista de Os candidatos deverão de estarem atentos ao horário das Designações para que descumprindo o horário de início de tal processo, poderá participar. Ao iniciar o processo de designação, nenl 31/12/2023 (Salvo até a nomeação dos concursados). 24hrs/s | 17/03/2023 Inicial 01 1º Ano Ens. Furno(s) Tarde Ensino Fundamental Educação Infantil e ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA RUTE BRAZ Natureza PEB -REGENTE Cargo

. Comprovante de endereço atualizado com validade de 3 meses – Contrato de locação para aqueles que residem de aluguel e que comprove parentesco com o locatário;

Declarações, devidamente datadas e assinadas, fornecidas no ato da contratação temporária pela autoridade responsável, conforme legislações vigentes;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos, e se for o casa estudantes até 24 anos. - Comprovante de exame pré-admissional atestando a aptidão para afrinção pleiteada—(vajidade de 60 dias);

Cucas Henrique de Araújo Mendes Secretário Municipal de Educação accommenda

Documentação Necessária (originais e cópias) – Sem rasuras

Atestado médico - Informando aptidão ao cargo pretendido; Escolaridade Exigida – Ensino Fundamental Completo;

- Contagem de Tempo (Apresentar os documentos que comprovem a quantidade de dias trabalhados
 - informados no ato da inscrição);
 Uma foto 3x4 (Recente);
 - Documento de identidade e CPF;
- Título de eleitor e comprovante(s) de votação da última eleição (original e cópia) ou Certidão de quitação eleitoral emitida pelo site do Tribunal Superior Eleitoral ou Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para candidato do sexo masculino, dispensada s exigência quando se tratar de cidadão com mais de 45 (quarenta e cinco) anos;

Município de Capim Branco - MG

. Capim Branco, 16 de março — Diário Oficial Eletrônico — ANO IX | № 1260 — Lei Municipal 1.272 de 23/01/2013

AVISO DE INTENÇÃO À ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **Município de Capim Branco-MG**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 18.314.617/0001-47 torna público, o interesse em aderir à Ata de Registro de Preço nº 301/2022, referente ao PREGÃO Nº 122/2022, PROCESSO Nº 1000020098/2022. Destinado a contratação de empresa para modernização com expansão do parque de iluminação pública do município, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias. Fornecedor: CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA EPP, CNPJ: 10.499.738/0001-07.

Capim Branco/MG, 16 de Março de 2023.